

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

À Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO

À Comissão Especial de Licitação – CEL/RO

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Everson Luciano Germiniano da Silva

Ref.: Pregão Eletrônico nº 63/2020

ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 63.777.254/0001-30, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, nº 4096, Bairro Nova Porto Velho, CEP 76.820-190, Porto Velho/RO, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto por PORTO CONSTRUÇÕES LTDA, o que faz pelas razões a seguir:

I – DA SÍNTESE FÁTICA

Insurge-se a empresa Recorrente contra a decisão do Sr. Pregoeiro na Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 63/2020, na qual habilitou a empresa ATIBAIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI, alegando um suposto descumprimento dos itens 13.6, letra G, 13.8, subitens 13.8.2, 13.8.3, 13.8.4 e 13.9.5 do Edital, o que teria violado princípios basilares do procedimento licitatório.

Ocorre que, no presente caso, esta empresa atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação suficiente para comprovar a qualificação técnica exigida no certame, de forma que atende os objetivos traçados pela Administração Pública, conforme será demonstrado a seguir.

II – DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA ATIBAIA

a) Comprovação de Capacidade Técnico Profissional:

Alega a Recorrente que os Atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa não atenderam ao que fora estabelecido em edital, o que não merece prosperar.

É certo que, em se tratando de contratos administrativos que envolvem serviços de engenharia, a Administração Pública deve exigir a comprovação do registro perante o CREA do responsável técnico e da sociedade a ser contratada, requisito este devidamente atendido pela empresa Recorrida, em atenção ao item 13.8.1 do edital, não entende esta empresa o que a Recorrente procurou impugnar, percebe-se um claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame.

No entanto, as dúvidas surgem quando a análise chega na exigência de “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”, disposta no inc. II do art. 30 da lei n. 8.666/93.

Antes de tratar desse ponto, é válido recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional.

O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem as duas espécies:

“A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado”. (destacamos)

Há de se destacar que o certame exigiu que:

“13.8.2. Capacidade técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, Engenheiro Civil, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme o Art. 30, § 1º inciso I da Lei Federal nº 8.666/93; As quais sejam de instalação, montagem e automação de Estação Compacta de Tratamento de Esgotos – ECTE”;

Para tanto, a empresa ATIBAIA apresentou amplo acervo documental, tanto da seara pública (atestados emitidos pela SESAU, SEJUS, por exemplo), quanto na esfera privada (Condomínio Volpi II, Veredas do Madeira, entre outros) os quais atestam de forma nítida que a empresa, bem como seus profissionais, possuem a expertise necessária para a realização dos serviços descritos no Edital, sendo sua habilitação realizada de forma acertada.

Há de se destacar que NÃO HÁ de maneira expressa no Edital que a capacidade técnica do profissional apenas será comprovada se apresentada a Certidão de Acerto Técnico (C.A.T). A própria Recorrente admite em alguns itens que a empresa ATIBAIA atendeu ao objeto licitado, como por exemplo:

“2 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pelo Hospital Regional de Burity – RO, atende ao objeto licitado, no entanto foi apenas apresentada a ART de execução nº 2320208300309978 – RT JOSÉ CASSEMIRO JUNIO DE SIQUEIRA OLIVEIRA – que no caso em questão para atendimento do item acima, tem que ser a CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL – a ART por si só não atende a capacidade técnica do profissional. (NÃO ATENDE O EDITAL)”.

“6 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido pela Secretaria de Estado da Saúde – RO, atende ao objeto licitado, no entanto não foi apresentada a CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL – (NÃO ATENDE O EDITAL)”.

Conforme exemplificado acima, a alegação da empresa Recorrente para que a Recorrida seja inabilitada, em que pese tenha atendido o objeto licitado, resume-se apenas ao fato de a mesma não ter apresentado o CAT, contudo, conforme dito anteriormente, tal requisito não está expresso no certame. O edital em seu item 13.8.2 requer a apresentação de ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, o qual, conforme destacado inclusive pela própria empresa que busca a impugnação, foi apresentado nos documentos anexados.

Alega também a Recorrente que a Recorrida não apresentou vínculo empregatício com o Sr. Gilberto das Dores Moraes do Amaral. Informa a empresa ATIBAIA que o Atestado anexado, o qual consta o nome do Sr. Gilberto, possui o objeto de comprovar a qualificação operacional da empresa e não do profissional, o qual não integra mais seu quadro funcional.

Informa a Recorrida que fazem parte do seu quadro os senhores José Cassemiro Junio de Siqueira Oliveira, Engenheiro Civil e Responsável Técnico da empresa e Adalberto Braga de Carvalho, Engenheiro Sanitarista. Juntou na documentação enviada na data da licitação o “Contrato Particular de Prestação de Serviços Técnicos” de ambos os profissionais, atendendo ao que requisita o edital.

Considerando o exposto, bem como os documentos enviados no dia de realização do Pregão, requer a manutenção da habilitação da empresa ATIBAIA, visto que mesma comprovou devidamente sua aptidão técnica para execução dos serviços licitados.

b) Da Supremacia do Interesse Público – Razoabilidade nas regras do edital

Alega a Recorrente que não juntou a empresa Recorrida declaração de que, caso vença o certame, empregará egressos e pessoas privadas de liberdade.

Ocorre que, a empresa agiu em concordância com o item 5.1.1, o qual preceitua que:

“5.1.1. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)”.

Ao analisarmos o item 13.2 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I do Edital) que trata sobre a Habilitação Jurídica da licitante, vemos que o mesmo solicita as seguintes documentações:

“13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cópia de RG e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando houver;

b) Cópia da Procuração, quando houver;

c) Registro comercial, no caso de empresa individual;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual sejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa;

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira”.

A empresa ATIBAIA apresentou toda documentação atinente a Habilitação Jurídica constante no Termo de Referência, contudo não há no referido anexo, requerimento para apresentação de Declaração nos termos do Decreto nº 9.450/18.

Ademias, conforme extrai-se do sítio eletrônico COMPRASNET.GOV, a Recorrida consta com todas as declarações apresentadas.

Contudo, em nome da transparência que deve permear os procedimentos licitatórios, informa a Recorrida que já possui em seu quadro de funcionários, pessoas que se encaixam na Declaração supra, inclusive trabalhando em outras demandas da Administração Pública Estadual.

Entretanto, caso reste alguma desconfiança por parte da administração, basta realizar uma simples diligência esclarecedora para certificar-se de que a Recorrida já preenche o disposto no Decreto nº 9.450/18.

A faculdade na promoção de diligências vem descrita no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

“Art. 43. (...)

§ 3.º É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (...)” (grifo nosso)

Desde que não cause prejuízo à administração pública, uma empresa não pode ser excluída do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, conforme bem definiu o saudoso Hely Lopes Meirelles (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996. p. 26).

O Processo Licitatório deve desenvolver-se em estrita conformidade com o que dispõe o ordenamento jurídico, em especial as Leis 8.666/93 e 10.520/02. Daí dizer que se trata de um procedimento administrativo estritamente formal, onde cada ato é praticado na forma estrita da lei, não merece nosso apoio, pois a licitação não tem como fim o procedimento rigorosamente formal, mas sim, a busca do menor preço, melhor produto, ou melhor técnica. Diante desse objetivo traçado, devemos buscar a todo custo a flexibilização das normas com o intuito de amoldá-las aos casos concretos para diminuir o excesso de formalismo presente no processo licitatório.

Vale ressaltar também, que esta é uma empresa que sempre teve uma boa relação de parceria com essa Administração, atuando de forma proba e eficiente em todas as demandas que lhe foram atribuídas.

Por fim, considerando-se que a Administração deve trabalhar no escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da proposta mais vantajosa, sobretudo no caso do Pregão, no qual já se sabe que a proposta em questão detém uma oferta mais vantajosa, não pode a Administração fechar os olhos às vantagens pecuniárias e decidir onerar desnecessariamente os cofres públicos por mero formalismo burocrático.

III – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, requer-se que não seja provido o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente, tendo em vista que seus argumentos não condizem com a realidade consoante aduzido nestas contrarrazões, haja vista que a Recorrida apresentou a melhor proposta para a Administração, bem como comprovou devidamente sua qualificação técnica.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho/RO, 05 de julho de 2021.

ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

Frank Masao Hayashida sócio proprietário

Fechar